

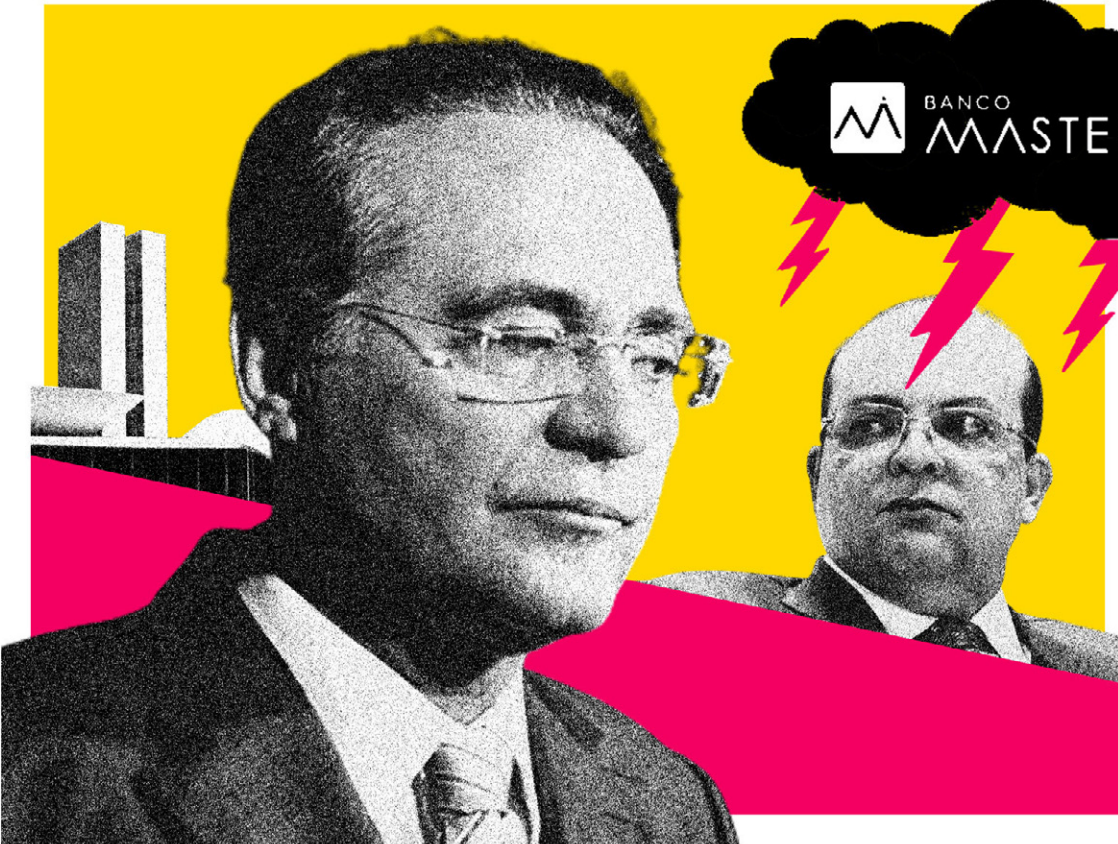
# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Cuide do seu problema

O fato de o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Renan Calheiros, ser do MDB, mesmo partido do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, não significa que o senador irá facilitar a vida do colega de legenda. Até porque, com os três do DF na comissão especial — Damares Alves, Izalci Lucas e Leila Barros —, aliados de Renan avisam que ele não terá como segurar as pontas ou qualquer chamamento a Ibaneis, tampouco evitar que o governador seja criticado. O governador que prepare sua própria defesa, porque os ataques virão.



### Tarcísio e Flávio consolidados

O senador Flávio Bolsonaro comemora sua performance nas pesquisas de intenção de voto para presidente da República neste período pré-carnaval, mas quem tem mesmo o que festejar é o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). No papel de candidato à reeleição, Tarcísio desponta com a perspectiva de vitória no primeiro turno.

### Veja bem

Com esse cenário de primeiro turno, muita gente considera que acabou a temporada de pressionar para que o governador de São Paulo seja candidato ao Planalto. A ordem entre os conservadores é: melhor um pássaro na mão do que dois voando.

### O caminho das pedras

A investigação do escândalo do Banco Master abrirá a temporada pós-carnaval com os depoimentos dos responsáveis pela contratação dos 12 influenciadores acusados de gravar vídeos com críticas ao Banco Central e defesa do banco de Daniel Vercaro. Fontes ligadas ao caso afirmaram à coluna que uma das empresas entregará aos investigadores todos contratos e nomes referente a esse episódio.

### Pista quente

A partir dos documentos, a Polícia Federal terá instrumentos para abrir mais uma janela para entender melhor a teia do ex-banqueiro Daniel Vercaro na mídia e na política. À coluna, fontes afirmam que a campanha queria dar voz à versão do Banco Master sobre sua liquidação, explicar como funciona o processo, e não se tornar uma campanha contra o Banco Central.

### 6X1: empresariado sem consenso

Empenhadas em produzir uma nota conjunta contra a proposta de emenda à Constituição que reduz a escala de seis dias trabalhados para um de folga, o 6x1, as confederações empresariais não conseguiram, ainda, fechar um texto. É que a maioria de seus diretores foi avisada por parlamentares de que essa questão não tem marcha a ré. Tal e qual creme dental que saiu do tubo, não tem volta. Portanto, uma nota contrária ao projeto não terá qualquer efeito sobre os votos no plenário. Melhor partir para sugestão alternativa à PEC da deputada Érika Hilton.

### CURTIDAS



**Pressão total/** Com a perícia no telefone de Daniel Vercaro (**foto**) sujeita a vazamentos, a aposta é que muita gente não terá mais força para enterrar uma investigação parlamentar.

**CPMI...** / A pesquisa do Ranking dos Políticos revelou que a maioria dos congressistas apostam na instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) do Banco Master. A maior parte acredita que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), instalará a comissão de deputados e senadores para investigar o caso do Banco Master antes das eleições. Uma outra parte aposta na instalação após o pleito.

**...e as narrativas/** O levantamento mostrou que o centro e a esquerda avaliam a CPMI com cautela, enquanto a direita vê a comissão como uma ferramenta política. É ali que será a largada das eleições deste ano. **Leia mais no Blog da Denise.**

**Sujeitos & estilos/** Nos tempos da Lava-Jato, foi detectada uma parede oca, na casa do então diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, para guardar documentos. Agora, em meio ao caso Master, foi mala de dinheiro voando.

## CARNAVAL

# Justiça nega cancelar desfile

Recurso à instância errada e falta de prova de dano ao patrimônio público barram tentativa da oposição de proibir enredo sobre Lula

» LUANA PATRIOLINO

A Justiça Federal rejeitou, ontem, duas ações apresentadas contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Escola de Samba Acadêmicos de Niterói por causa do enredo escolhido pela agremiação para apresentar na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. A escola pretende contar a história de vida do presidente. O juiz federal Francisco Valle Brum justificou que os pedidos não cumprem os requisitos necessários para a abertura de processo e afirmou que não houve demonstração concreta de dano ao patrimônio público.

A escola de samba levará à Sapucaí no desfile de carnaval o enredo *Do alto do mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil*. As ações foram impetradas pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e pelo deputado federal Kim Kataguirí (União-SP). Os parlamentares alegam que o desfile promove exaltação do presidente com uso de recursos públicos, o que, segundo eles, configura desvio de finalidade e lesão à moralidade administrativa.

Os autores também pediram a proibição de imagens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no desfile e que emissoras de rádio e televisão fossem impedidas de transmitir eventuais críticas a ele. Nas decisões, o juiz destacou que a ação popular é um instrumento usado para defender o interesse público, só cabendo quando o ato questionado, além de ilegal, cause (ou possa causar) prejuízo.

O magistrado apontou ausência de requisitos legais e inadequação da via processual escolhida pelos autores para questionar o enredo e o desfile. Segundo ele, “a ação popular revela-se via processual inadequada para prestar tutela

jurisdicional diversa da desconstitutiva”, e a “tutela mandamental (obrigações de fazer e não-fazer) mostra-se juridicamente impossível por tal via processual”.

Francisco Valle Brum também afirmou que não houve demonstração concreta de dano ao patrimônio público. “Para a propositura de ação popular, não basta a alegação de ser o ato ilegal, mas é necessária a comprovação da lesividade ao Erário público”, registrou, citando precedente do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

### Justiça Eleitoral

No Tribunal Superior do Eleitoral (TSE), há outra ação sobre o mesmo tema movida pelo Partido Novo. A ministra Estela Aranha foi sorteada como a relatora do processo por propaganda eleitoral antecipada associada ao desfile da escola de Niterói. Por meio de lista tríplice enviada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a magistrada foi escolhida e nomeada ministra da Corte eleitoral pelo presidente Lula, em 2025.

O Novo acionou a Corte contra o presidente, o Partido dos Trabalhadores e a agremiação carnavalesca em razão do enredo escolhido para o carnaval deste ano. O partido pede, ainda, a aplicação de multa de R\$ 9,65 milhões. Segundo a sigla, o alto valor se deve ao custo econômico total envolvido na ação.

De acordo com a representação apresentada à Justiça Eleitoral, o desfile faz referência à polarização de 2022; ao uso de jingles ligados a campanhas petistas; a menção do número do PT nas urnas (13); e a expressões que, segundo o partido, equivaleriam a pedido de voto. O Novo alega que as três partes cometem crime e que o desfile extrapola os limites de uma homenagem cultural, representando uma

Divulgação/Acadêmicos de Niterói



Presidente Lula será tema da Acadêmicos de Niterói no carnaval carioca: homenagem incomoda a oposição

pré-campanha política de Lula.

Estela Aranha faz parte da classe dos juristas do TSE e foi nomeada após figurar em uma lista tríplice

totalmente composta por mulheres feita pelo Supremo. O Tribunal é formado por sete ministros titulares: três são do STF, dois do STJ e

dois oriundos da advocacia, com mandatos de dois anos que podem ser renovados por mais um período de igual duração.

## Congresso esvaziado

O plenário da Câmara dos Deputados entrou em modo feriado de carnaval. A maioria dos parlamentares já deixou Brasília e retornou aos estados de origem, reduzindo a presença em plenário. Na sessão de ontem, apenas 10 deputados registraram presença. O carnaval será celebrado, oficialmente, na próxima terça-feira, com ponto facultativo na segunda-feira e na Quarta-Feira de Cinzas (até as 14h), conforme prática adotada na administração pública federal. A proximidade das datas contribuiu para a redução da movimentação no Congresso Nacional. O retorno aos trabalhos ficará para a semana seguinte.

Os trabalhos foram conduzidos pelo deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que presidiu a sessão em meio ao baixo quórum. Entre os presentes estavam Erika Kokay (PT-DF), Alberto Fraga (PL-DF), Marcel van Hattem (Novo-RS), Talíria Petrone (PSol-RJ), Luiz Lima (Novo-RJ), entre outros parlamentares.

“Por orientação da Mesa Diretora e da presidência desta Casa, está suspensa, está cancelada a Ordem do Dia por falta de acordo nas matérias que seriam apreciadas por esta Casa no dia de hoje (ontem)”, disse o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), antes de encerrar os trabalhos da semana.

No Senado, a semana inteira foi esvaziada. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), determinou regime semipresencial, sem nenhuma votação em plenário. Com isso, as duas CPIs em curso, a do INSS (mista) e a do Crime Organizado, cancelaram oitivas.